

STJ00096461

Fernando Galvão

Professor Associado da Faculdade de Direito
da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Juiz Civil do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.
Ex-Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais.

Direito Penal

Parte geral

5ª edição revista, atualizada e ampliada

2ª tiragem

2013

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azeredo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURÍ (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauri

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SLA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinogés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheira Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-18172-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Galvão, Fernando.

Direito penal : parte geral / Fernando Galvão. — 5.
ed. rev., atual. e ampl. — São Paulo : Saraiva, 2013.

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

12-12262

CDU-343(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Aline Darcy Flôr de Souza

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Daniel Pavani Naveira

Liana Ganiko Brito Catenacci

Projeto gráfico Mônica Landi

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Edson Colobano

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Cecília Deus

Ivani Cazarim

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Márcia Cecília Coutinho Martins

Capa Guilherme P. Pinto

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Salesiana

Acabamento Gráfica Salesiana

Data de fechamento da edição: 18-12-2012

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

133.630.005.002

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	25
NOTA DO AUTOR.....	27
INTRODUÇÃO.....	29
1. DIREITO PENAL: DEFINIÇÃO	29
2. TEORIA DISCURSIVA DO DIREITO	30
2.1 Concepção Tópica do Raciocínio Jurídico	30
2.2 A Nova Retórica	32
2.3 A Lógica Informal	34
2.4 A Ação Comunicativa e o Discurso Argumentativo	35
2.4.1 A racionalidade comunicativa	37
2.4.2 A sociedade como o <i>mundo da vida</i> e como <i>sistema</i>	38
2.4.3 O processo emancipatório	39
2.4.4 A argumentação jurídica como um caso especial	41
2.4.5 Limites do discurso jurídico.....	43
2.5 Perspectiva Discursiva do Direito Penal.....	45
3. DIREITO PENAL E SEU COMPROMISSO POR REALIZAR JUSTIÇA.....	47
3.1 Justiça Social, de Kelsen	49
3.2 Justiça Formal (igualdade), de Perelman	51
3.3 Justiça como Correção, de Alexy	52
3.4 Justiça como Equidade, de Rawls.....	54
3.5 Justiça Constitucional	58

CAPÍTULO 1	
LEGITIMIDADE DA PUNIÇÃO.....	65
1. DISCURSO JUSTIFICADOR	70
1.1 Teorias Retributivas.....	71
1.1.1 Retribuição divina	73
1.1.2 Retribuição moral	74
1.1.3 Retribuição jurídica	75
1.2 Teorias Utilitárias	78
1.2.1 Prevenção especial	81
1.2.2 Prevenção geral	83
1.2.3 Correção do criminoso	86
1.2.4 Prevenção de penas	87
1.3 Teorias de Defesa	88
1.3.1 Defesa indireta	89
1.3.2 Defesa justa	90
1.3.3 Defesa social	92
1.4 Teorias Unitárias	94
1.5 Reforma das Penas	96
2. DISCURSO DESLEGITIMANTE	99
2.1 Ideologia Anarquista	101
2.2 Perversidade do Sistema Repressivo	108
2.3 Abolicionismo Radical.....	111
2.4 Abolicionismo Moderado	113
CAPÍTULO 2	
MODELO CONSTITUCIONAL DE PUNIÇÃO	117
1. ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	118
2. PUNIÇÃO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	123
3. PRINCÍPIOS POLÍTICO-CRIMINAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO	126
3.1 Princípio da Humanidade	128
3.2 Princípio da Reserva Legal	131
3.3 Princípio da Fragmentariedade	136
3.4 Princípio da Intervenção Mínima e Adequada	137
3.5 Princípio da Ofensividade	139
3.6 Princípio da Culpabilidade	140

3.7 Individualização da Pena	141
CAPÍTULO 3	
LEI PENAL	145
1. FONTES DO DIREITO PENAL	145
1.1 Fontes Formais	146
1.2 Fontes Materiais	149
2. EFICÁCIA TEMPORAL DA LEI PENAL.....	153
2.1 Tempo do Crime	153
2.2 Retroatividade Benéfica	154
2.3 Ultra-atividade Benéfica	155
2.4 Sucessão de Leis nos Crimes Continuados e Permanentes	156
2.5 Aplicação de Lei Intermediária e Combinação de Leis	156
2.6 Ultra-atividade das Leis Excepcionais e Temporárias	157
3. EFICÁCIA ESPACIAL DA LEI PENAL	159
3.1 Lugar do Crime	160
3.2 Princípio da Territorialidade	161
3.3 Extraterritorialidade	163
4. EFICÁCIA DA LEI PENAL QUANTO ÀS PESSOAS	165
4.1 Imunidade Diplomática	166
4.2 Imunidade Parlamentar	167
4.3 Imunidade Judiciária	170
4.4 Imunidade Prisional	172
4.5 Imunidade Penal de Caráter Social	172
5. CONFLITO APARENTE DE LEIS	173
5.1 Princípio da Especialidade	175
5.2 Princípio da Subsidiariedade	176
5.3 Princípio da Consunção.....	177
5.4 Princípio da Alternatividade.....	179
CAPÍTULO 4	
EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CRIME	181
1. CRIME COMO ENTE JURÍDICO.....	181
2. CRIME COMO AÇÃO HUMANA	184
3. CONCEITO ANALÍTICO DO CRIME	188

4. LINHAS BÁSICAS DO TRABALHO ANALÍTICO	192
4.1 Sistema Causal-Naturalista (clássico)	194
4.2 Sistema Neoclássico	198
4.3 Sistema Finalista	200
4.4 Sistema Social	205
4.5 Sistema Funcionalista	210
4.6 Sistema Adotado no Brasil	217
CAPÍTULO 5	
TIPO PENAL INCRIMINADOR	219
1. TIPO E TIPICIDADE	219
2. FUNÇÕES DO TIPO	222
2.1 Selecionar a Matéria de Proibição	222
2.2 Garantir a Liberdade Individual	223
2.3 Motivar os Membros da Sociedade	224
2.4 Definir Espécies de Erro Relevante	224
3. CONTEÚDO NORMATIVO DO TIPO	224
3.1 No Sistema Causal-Naturalista	225
3.2 No Sistema Finalista	226
3.3 No Sistema Social	227
3.4 No Sistema Funcionalista	229
4. ESTRUTURA DO TIPO	230
4.1 Elementos Estruturais	231
4.1.1 Núcleo do tipo	231
4.1.2 Sujeitos do crime	232
4.1.3 Objetos do crime	235
4.2 Elementos Objetivos	235
4.2.1 Meramente descritivos	236
4.2.2 Normativos	237
4.3 Elementos Subjetivos	238
4.3.1 Dolo	240
4.3.2 Culpa	247
4.3.3 Preterdolo	255
5. ADEQUAÇÃO TÍPICA	257
5.1 Direta ou Imediata	258

5.2 Mediata ou por Extensão	258
6. ADEQUAÇÃO TÍPICA E ERRO DE TIPO	259
6.1 Erro Essencial e Erro Acidental	261
6.2 Erro sobre Elementos Normativos do Tipo	262
6.3 Erro Vencível e Invencível	264
6.4 Erro Determinado por Terceiro.....	264
7. INADEQUAÇÃO TÍPICA	265
7.1 Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz.....	265
7.1.1 Requisitos.....	267
7.1.2 Responsabilização pelos atos já praticados.....	270
7.2 Crime Impossível	271
7.2.1 Ineficácia absoluta do meio empregado.....	273
7.2.2 Improriedade absoluta do objeto.....	274
7.2.3 Flagrante preparado e flagrante esperado.....	278
7.2.4 Crime impossível e crime putativo.....	280
CAPÍTULO 6	
IMPUTAÇÃO OBJETIVA	281
1. RESULTADO NATURAL E RESULTADO JURÍDICO.....	282
2. ESTRUTURA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	284
2.1 Finalidade da Conduta	287
3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	289
4. CAUSALIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA	290
5. DETERMINAÇÃO DA CAUSALIDADE NATURAL	292
5.1 Teoria da Equivalência dos Antecedentes.....	293
5.2 Teoria da Causalidade Adequada	296
5.3 Concausalidade	298
6. CRITÉRIOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA	301
6.1 Princípio da Adequação Social	302
6.1.1 Princípio da Insignificância	305
6.1.2 Princípio da Posição de Garantidor	310
6.1.2.1 <i>Da concepção naturalista à normativa de omissão</i>	310
6.1.2.2 <i>Omissão própria</i>	313

6.1.2.3 <i>Omissão imprópria</i>	314
6.1.3 Princípio da tolerância social a situações de risco	319
6.1.3.1 <i>Criação do risco não permitido</i>	320
I - Incremento do risco permitido.....	321
II - Alterações do risco existente	323
III - Finalidade protetiva da norma	324
6.1.4 Exclusão da imputação ante o risco permitido	325
6.1.4.1 <i>Consentimento do ofendido e autocolocação em perigo</i>	327
6.1.4.2 <i>Princípio da confiança</i>	331
6.1.5 Realização do risco não permitido	337
6.1.6 Situações particulares	339
6.1.6.1 <i>Autocolocação em perigo</i>	339
6.1.6.2 <i>Cursos causais extraordinários</i>	341
6.1.6.3 <i>Ações perigosas de salvamento</i>	342
6.1.6.4 <i>Interrupções de ações de salvamento</i>	343
6.1.6.5 <i>Diminuições do risco</i>	347
6.1.6.6 <i>Aceleração do resultado</i>	348
6.1.6.7 <i>Aparição tardia do resultado</i>	349
CAPÍTULO 7	
ILICITUDE E CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	351
1. ILICITUDE DA CONDUTA PUNÍVEL	351
2. ILICITUDE E INJUSTO	353
3. ILICITUDE FORMAL E MATERIAL	353
4. RELAÇÃO TIPO-ILICITUDE	356
5. VALORAÇÃO DO INJUSTO	359
6. FUNDAMENTO DA JUSTIFICAÇÃO	362
7. TIPOS PERMISSIVOS	363
8. ELEMENTO SUBJETIVO	364
9. CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	368
9.1 Estado de Necessidade	369
9.1.1 Teoria diferenciadora.....	371
9.1.2 Perigo atual	373

9.1.3	Salvamento de bem juridicamente protegido	375
9.1.4	Involuntariedade na produção do perigo	376
9.1.5	Inevitabilidade do comportamento lesivo	378
9.1.6	Inexistência do dever de enfrentar o perigo	379
9.1.7	Elemento subjetivo	381
9.1.8	Estado de necessidade no direito civil	381
9.2	Legítima Defesa	382
9.2.1	Agressão injusta	383
9.2.2	Agressão atual ou iminente	385
9.2.3	Agressão a bem juridicamente protegido	387
9.2.4	Reação com meios necessários	388
9.2.5	Uso moderado dos meios	389
9.2.6	Intenção de defesa	390
9.3	Estrito Cumprimento de Dever Legal	390
9.4	Exercício Regular de Direito	394
9.5	Causas Supralegais de Exclusão da Ilícitude	396
9.5.1	Consentimento do ofendido	397
10.	EXCESSO NAS JUSTIFICATIVAS	400
11.	DESCRIMINANTES PUTATIVAS	402
CAPÍTULO 8		
CULPABILIDADE		409
1.	CONCEITO	409
2.	EVOLUÇÃO DA TEORIA	411
2.1	Concepção Psicológica	411
2.2	Concepção Normativa	413
2.3	Concepção Funcional	416
3.	CRITÉRIO DE REPROVAÇÃO: EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	419
4.	REPROVAÇÃO CONFORME A RACIONALIDADE PRÁTICA (COGNITIVA-INSTRUMENTAL)	422
4.1	Poder-de-agir-de-outro-modo	423
4.2	Capacidade de Motivação pela Norma	425
5.	REPROVAÇÃO JURÍDICA EM AMBIENTE DE INTERAÇÃO SOCIAL COMPLEXA	428

6. REPROVAÇÃO CONFORME A RACIONALIDADE DISCURSIVA.....	430
7. TIPO DE CULPABILIDADE	435
8. CULPA REFERIDA À FINALIDADE COMUNICATIVA.....	436
8.1 Metodologia	441
8.2 Finalidade e Crimes Dolosos	441
8.3 Finalidade e Crimes Culposos	443
9. EXCULPAÇÃO.....	446
9.1 Inexigibilidade por Incapacidade Psíquica: Inimputabilidade	447
9.1.1 Reconhecimento da incapacidade.....	450
9.1.2 Doença mental	451
9.1.3 Desenvolvimento mental incompleto ou retardado	453
9.1.4 Perturbação da saúde mental	455
9.1.5 Psicopatia ou sociopatia	455
9.1.6 Embriaguez completa e teoria da <i>actio libera in causa</i>	457
9.1.7 Embriaguez incompleta	462
9.1.8 Menoridade do agente	464
9.1.9 Consequências da inimputabilidade	466
9.1.10 Semi-imputabilidade	468
9.2 Inexigibilidade por Incompreensão da Ilícitude do Fato	469
9.2.1 Erro de proibição	471
9.2.2 Espécies de erro	472
9.2.3 Evitabilidade do erro	476
9.2.4 Desconhecimento da lei	480
9.2.5 Elemento subjetivo no erro	483
9.3 Inexigibilidade na Colisão de Deveres.....	484
9.4 Inexigibilidade por Coação Irresistível	486
9.5 Inexigibilidade por Obediência à Ordem de Superior Hierárquico..	488
9.6 Inexigibilidade por Estado de Necessidade	491
CAPÍTULO 9	
CONCURSO DE PESSOAS	493
1. PLURALIDADE DE PESSOAS NO FATO PUNÍVEL.....	493
2. TEORIAS PARA A INCRIMINAÇÃO.....	494
3. REQUISITOS	497

4. COMUNICABILIDADE DE ELEMENTARES TÍPICAS.....	500
4.1 Circunstâncias e Condições de Caráter Pessoal	501
4.2 Elementares do Crime.....	503
4.3 Elementares Objetivas.....	505
4.4 Conhecimento pelos Demais Concorrentes	506
4.5 Síntese das Regras da Comunicabilidade.....	507
5. AUTORIA E PARTICIPAÇÃO	507
5.1 Identificação do Autor	509
5.2 Formas de Autoria	513
5.2.1 Autoria direta ou imediata	513
5.2.2 Autoria indireta ou mediata	514
5.2.3 Autoria mediata no Código Penal brasileiro	517
5.2.4 Formas de autoria mediata.....	517
5.2.5 Autoria mediata nos crimes próprios e de mão própria.....	520
5.2.6 Autoria mediata em crime culposos.....	522
5.2.7 Autoria mediata em crime omissivo	523
5.3 Coautoria	524
5.3.1 Coautoria sucessiva	525
5.3.2 Coautoria nos crimes próprios e de mão própria	527
5.3.3 Coautoria em crime culposos	528
5.3.4 Coautoria em crime omissivo	530
5.3.5 Coautoria com pessoa jurídica	531
5.4 Autoria Colateral	534
5.5 Participação Delitiva	534
5.5.1 Fundamento da punição	535
5.5.2 Acessoriedade da participação.....	537
5.6 Formas de Participação	540
5.6.1 Cumplicidade	541
5.6.2 Determinação.....	542
5.6.3 Instigação.....	542
5.6.4 Participação de menor importância	543
5.7 Participação em Crimes Próprios e de Mão Própria	544
5.8 Participação em Crime Culposos.....	544
5.9 Participação em Crime Omissivo	545
6. INTERVENÇÃO IMPUNÍVEL.....	546

7. COOPERAÇÃO DOLOSAMENTE DISTINTA	548
8. CONCURSO DE PESSOAS NO CONTEXTO SOCIETÁRIO	552
CAPÍTULO 10	
PENAS EM ESPÉCIE	555
1. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	555
1.1 Regimes Prisionais	557
1.1.1 Regime fechado	560
1.1.2 Regime semiaberto	561
1.1.3 Regime aberto	563
1.1.4 Regime especial	565
1.1.5 Regime nas contravenções penais	566
1.1.6 Regime disciplinar diferenciado	568
1.1.7 Progressão de regime	572
1.2 Direitos do Preso	578
1.3 Remição pelo Trabalho ou pelo Estudo	579
1.4 Detração	585
1.5 Livramento Condicional	589
1.5.1 Requisitos.....	590
1.5.2 Soma das penas	595
1.5.3 Período de prova	595
1.5.4 Especificação das condições	596
1.5.5 Cerimônia do livramento condicional	597
1.5.6 Revogação do livramento	597
1.5.7 Efeitos da revogação	599
1.5.8 Execução provisória da sentença	601
2. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	602
2.1 Prestação Pecuniária	604
2.2 Prestação de outra Natureza	608
2.3 Perda de Bens e Valores.....	609
2.4 Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas.....	610
2.5 Interdição Temporária de Direitos	613
2.6 Limitação de Fim de Semana	618
2.7 Comparecimento a Determinados Lugares em Dias de Jogos Esportivos..	619
3. MULTA	620
3.1 Destinação da Multa	621

3.2 Execução da Pena de Multa	623
CAPÍTULO 11	
AÇÃO PENAL	627
1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	627
2. CONDIÇÕES DA AÇÃO	630
2.1 Possibilidade Jurídica do Pedido	632
2.2 Legitimidade da Parte	633
2.3 Interesse de Agir	634
2.4 Justa Causa	636
3. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS	637
3.1 Quanto à Tutela Jurisdicional Invocada	638
3.2 Quanto à Titularidade do Exercício.....	639
4. A AÇÃO PENAL NO CRIME COMPLEXO.....	641
5. IRRETRATABILIDADE DA REPRESENTAÇÃO	641
6. RENÚNCIA EXPRESSA OU TÁCITA AO DIREITO DE QUEIXA	642
7. AÇÃO PENAL NA APLICAÇÃO IMEDIATA DE PENA	643
CAPÍTULO 12	
INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	645
1. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	646
1.1 Medida da Culpabilidade.....	648
1.2 Circunstâncias Judiciais	655
1.3 Circunstâncias Atenuantes e Agravantes	658
1.4 Concurso de Atenuantes e Agravantes	661
1.5 Causas de Diminuição e de Aumento	664
1.6 Concurso de Causas de Diminuição e/ou Aumento	665
1.6.1 Métodos para a incidência das causas	667
1.7 Definição do Regime Inicial	670
1.8 Limite para a Execução das Penas.....	673
1.9 Concurso de Penas	677
2. PENA DE MULTA	678
2.1 Sistema de Dias-Multa	679

2.2 Valor da Multa	680
2.3 Vinculação ao Salário Mínimo	683
2.4 Correção Monetária	684
2.5 Multa Substitutiva	685
2.6 Conversão em Privativa de Liberdade	689
3. RESTRITIVA DE DIREITOS	690
3.1 Requisitos para a Substituição	692
3.2 Substituição de Pena Igual ou Superior a Um Ano	695
3.3 Substituição em Condenação por Crime Hediondo ou por Tráfico de Drogas	695
3.4 Substituição depois de Iniciada a Execução da Privação da Liberdade	696
3.5 Duração da Pena	700
3.6 Conversão em Privativa de Liberdade	702
3.6.1 Causas gerais	703
3.6.2 Causas específicas	706
3.6.3 Saldo de trinta dias de privação da liberdade	708
4. APLICAÇÃO IMEDIATA DE PENA	709
4.1 Infrações de Menor Potencial Ofensivo	711
4.2 Caráter Consensual	712
4.3 Devido Processo Legal	713
4.4 Impossibilidade de Aplicação	715
4.5 Legitimidade para a Proposta	717
4.6 Especificação da Pena	719
4.7 Apreciação do Juiz e Redução da Pena de Multa	721
4.8 Descumprimento da Transação Penal	722
CAPÍTULO 13	
CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS	727
1. CULPABILIDADE	730
2. ANTECEDENTES	732
3. CONDUTA SOCIAL	735
4. PERSONALIDADE DO AGENTE	736
5. MOTIVOS	738

6. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME	740
7. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME	741
8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA	741

CAPÍTULO 14

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS AGRAVANTES	745
--	-----

1. REINCIDÊNCIA	748
2. MOTIVO FÚTIL OU TORPE	750
3. FINALIDADE DE FACILITAR OU ASSEGURAR A EXECUÇÃO, OCULTAÇÃO, IMPUNIDADE OU VANTAGEM DE OUTRO CRIME	753
4. TRAIÇÃO, EMBOSCADA, DISSIMULAÇÃO OU OUTROS RECURSOS QUE DIFICULTEM OU TORNEM IMPOSSÍVEL A DEFESA DO OFENDIDO	755
5. EMPREGO DE VENENO, FOGO, EXPLOSIVO, TORTURA OU OUTRO MEIO INSIDIOSO OU CRUEL, OU QUE POSSA RESULTAR PERIGO COMUM	756
6. VÍTIMA ASCENDENTE, DESCENDENTE, IRMÃO OU CÔNJUGE	758
7. ABUSO DE AUTORIDADE, RELAÇÕES DOMÉSTICAS, DE COABITAÇÃO OU DE HOSPITALIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	759
8. ABUSO DE PODER E VIOLAÇÕES DOS DEVERES INERENTES A CARGO, OFÍCIO, MINISTÉRIO OU PROFISSÃO	762
9. VÍTIMA CRIANÇA, MAIOR DE 60 ANOS, ENFERMO OU MULHER GRÁVIDA	764
10. VÍTIMA SOB IMEDIATA PROTEÇÃO DA AUTORIDADE	767
11. INCÊNDIO, NAUFRÁGIO, INUNDAÇÃO E OUTRAS CALAMIDADES PÚBLICAS E DESGRAÇA PARTICULAR DO OFENDIDO	768
12. EMBRIAGUEZ PREORDENADA	769
13. CONCURSO DE PESSOAS	774

CAPÍTULO 15

CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS ATENUANTES	779
--	-----

1. MENORIDADE OU SENILIDADE DO AGENTE	781
---	-----

2. DESCONHECIMENTO DA LEI	783
3. MOTIVO DE RELEVANTE VALOR SOCIAL OU MORAL	784
4. TENTATIVA DE EVITAR OU MINORAR AS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME E REPARAÇÃO DO DANO	786
5. COAÇÃO RESISTÍVEL E CUMPRIMENTO DE ORDEM DE AUTORIDADE SUPERIOR	789
6. INFLUÊNCIA DE VIOLENTA EMOÇÃO	791
7. CONFISSÃO DE AUTORIA	792
8. INFLUÊNCIA DE MULTIDÃO EM TUMULTO	793
9. ATENUANTE INOMINADA	794
CAPÍTULO 16	
CAUSAS DE DIMINUIÇÃO	797
1. TENTATIVA	798
1.1 Possibilidade da Tentativa.....	799
1.2 Início da Execução	803
1.3 Término da Tentativa	807
1.4 Tentativa nos Crimes Omissivos	809
1.5 Redução de Pena	812
2. ARREPENDIMENTO POSTERIOR	814
3. ERRO DE PROIBIÇÃO EVITÁVEL	815
4. EXIGIBILIDADE DE SACRIFÍCIO NO FATO NECESSÁRIO	817
5. SEMI-IMPUTABILIDADE	819
6. EMBRIAGUEZ INCOMPLETA	821
7. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA	825
8. CAUSAS DE DIMINUIÇÃO PREVISTAS NA PARTE ESPECIAL.....	827
CAPÍTULO 17	
CAUSAS DE AUMENTO	831
1. PREVISIBILIDADE DO RESULTADO MAIS GRAVE	832
2. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO CONDENADO E PENA DE MULTA	834

3. CONCURSO FORMAL	835
4. CRIME CONTINUADO	839
5. <i>ABERRATIO ICTUS</i>	843
6. <i>ABERRATIO DELICTI</i>	847
7. CAUSAS DE AUMENTO PREVISTAS NA PARTE ESPECIAL	850

CAPÍTULO 18

EFEITOS DA CONDENAÇÃO	853
-----------------------------	-----

1. EFEITOS GENÉRICOS	855
1.1 Reparação Civil <i>Ex Delicto</i>	856
1.2 Confisco	857
1.3 Suspensão dos Direitos Políticos	862
1.4 Suspensão do Exercício do Poder Familiar	867
2. EFEITOS ESPECÍFICOS	870
2.1 Perda de Cargo, Função Pública ou Mandato Eletivo	871
2.1.1 Perda do cargo de militares	875
2.2 Incapacidade para o Exercício da Tutela ou Curatela	879
2.3 Inabilitação para Dirigir Veículo	881
3. IMPOSSIBILIDADE DE ADMINISTRAR SOCIEDADE CIVIL SIMPLES	883
4. REABILITAÇÃO	884
4.1 Requisitos	886
4.2 Efeitos	889
4.3 Reexame Necessário	892
4.4 Revogação	893

CAPÍTULO 19

MEDIDAS DE SEGURANÇA	895
----------------------------	-----

1. REQUISITOS	899
2. ESPÉCIES	899
2.1 Internação Hospitalar	899
2.2 Tratamento Ambulatorial	901
3. SUBSTITUIÇÃO DA PENA POR MEDIDA DE SEGURANÇA	902

4. DURAÇÃO	904
5. CESSAÇÃO DA PERICULOSIDADE	906
6. APLICAÇÃO IMEDIATA DE MEDIDA DE SEGURANÇA	906
7. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO	909
CAPÍTULO 20	
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	913
1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	913
2. REQUISITOS	915
3. ESPÉCIES	916
4. AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA	917
5. CONDIÇÕES SURSITÁRIAS	918
6. PERÍODO DE PROVA	918
7. REVOGAÇÃO.....	919
8. EFEITOS DA REVOGAÇÃO	920
9. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO PERÍODO DE PROVA	920
10. CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES	921
CAPÍTULO 21	
EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE	923
1. NOÇÕES GERAIS	923
1.1 Questão Prejudicial de Mérito	925
1.2 Alcance das Causas Extintivas da Responsabilidade	925
1.3 Condições Objetivas de Responsabilidade.....	927
1.4 Escusas Absolutórias ou Imunidades Penais.....	929
2. MORTE DO AGENTE	930
3. ANISTIA, GRAÇA E INDULTO	931
3.1 Anistia	931
3.2 Graça	934
3.3 Indulto	934
4. <i>ABOLITIO CRIMINIS</i>	935

5. PRESCRIÇÃO	936
6. DECADÊNCIA	936
6.1 Natureza Jurídica	936
6.2 Direito de Representação.....	937
6.3 Direito de Queixa	938
6.4 Prazo Decadencial	940
6.5 Titularidade do Direito Potestativo	942
7. PEREMPÇÃO	943
8. RENÚNCIA AO DIREITO DE QUEIXA	944
9. PERDÃO ACEITO	944
10. RETRATAÇÃO DO AGENTE	947
11. PERDÃO JUDICIAL	949
11.1 Natureza Jurídica	949
11.2 Efeitos	951
11.3 Requisitos	952
11.4 Perdão nos Delitos de Trânsito	953
11.5 Perdão em Decorrência de Delação	955
12. OUTRAS CAUSAS EXTINTIVAS DA RESPONSABILIDADE	956
12.1 Cumprimento do Período de Prova do <i>Sursis</i>	957
12.2 Reparação dos Danos no Peculato Culposo	957
12.3 Pagamento de Tributos e Contribuições Previdenciárias Devidas	958
12.4 Cumprimento do Prazo da Suspensão Condicional do Processo	959
12.5 Cumprimento do Livramento Condicional	960
CAPÍTULO 22	
EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELA PRESCRIÇÃO	963
1. NATUREZA JURÍDICA	964
2. FUNDAMENTO	965
3. CRIMES IMPRESCRITÍVEIS	968
4. ESPÉCIES	969
5. EFEITOS	970
6. PRAZOS PRESCRICIONAIS	971

6.1 Aumento do Prazo pela Reincidência	973
6.2 Diminuição do Prazo em Face da Idade do Criminoso	974
6.3 Concorrência de Causas que Alteram o Prazo Prescricional	974
7. CONTAGEM DO PRAZO	975
8. TERMO INICIAL	976
9. CAUSAS SUSPENSIVAS	983
10. CAUSAS INTERRUPTIVAS	990
11. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE OU SUPERVENIENTE	999
12. PRESCRIÇÃO RETROATIVA	1001
13. PRESCRIÇÃO PELA PENA EM PERSPECTIVA	1003
14. PRESCRIÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	1006
15. PRESCRIÇÃO DA MULTA	1007
16. PRESCRIÇÃO NO CONCURSO DE CRIMES	1008
17. PRESCRIÇÃO NOS CASOS DE DETRAÇÃO	1010
CAPÍTULO 23	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS CRIMES EM ESPÉCIE:	
CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA	1013
1. QUANTO À GRAVIDADE OBJETIVA DO CRIME	1015
1.1 Crime de Pequeno Potencial Ofensivo	1015
1.2 Crime de Maior Potencial Ofensivo	1016
1.3 Aplicação Prática	1017
2. QUANTO AO SUJEITO ATIVO	1018
2.1 Crime Comum	1018
2.2 Crime Próprio	1018
2.3 Aplicação Prática	1019
3. QUANTO À FORMA DE EXECUÇÃO	1019
3.1 Crime Comissivo	1019
3.2 Crime Omissivo Próprio	1019
3.3 Crime Omissivo Impróprio	1020
3.4 Crime Unissubsistente	1021
3.5 Crime Plurissubsistente	1022

3.6 Crime de Mão Própria.....	1022
3.7 Aplicação Prática	1023
4. QUANTO AO MOMENTO CONSUMATIVO	1024
4.1 Crime Material.....	1024
4.2 Crime Formal.....	1026
4.3 Crime de Mera Conduta.....	1027
4.4 Crime de Ação Múltipla ou Conteúdo Variado	1027
4.5 Crime Habitual	1029
4.6 Crime Instantâneo	1031
4.7 Crime Permanente	1031
4.8 Crime Progressivo e Progressão Criminosa	1032
4.9 Aplicação Prática	1033
5. QUANTO AO RESULTADO NATURALÍSTICO	1034
5.1 Crime de Dano.....	1034
5.2 Crime de Perigo Concreto.....	1035
5.3 Crime de Perigo Abstrato	1036
5.4 Crime de Bagatela	1037
5.5 Aplicação Prática	1038
6. QUANTO AO CONCURSO DE PESSOAS.....	1039
6.1 Crime de Concurso Facultativo.....	1039
6.2 Crime de Concurso Necessário	1039
6.3 Aplicação Prática	1040
7. QUANTO À CONCEPÇÃO DO TIPO	1040
7.1 Tipo Simples e Tipo Derivado (qualificado, privilegiado e complexo) ..	1040
7.2 Tipo Fechado e Tipo Aberto	1043
7.3 Tipo Congruente e Tipo Incongruente	1045
7.4 Aplicação Prática	1046
8. QUANTO À ESPECIALIDADE DA JUSTIÇA QUE O JULGA.....	1046
8.1 Crime Comum	1049
8.2 Crime Especial	1050
8.2.1 Crimes militares	1050
8.2.1.1 Crimes propriamente militares e crimes impropriamente militares	1052

8.2.1.2 Crimes militares em tempo de paz e crimes militares em tempo de guerra.....	1056
8.2.1.3 Impossibilidade constitucional de caracterização do crime militar	1056
8.2.1.4 Crimes entre militares estaduais e federais	1058
8.2.1.5 Tutela da hierarquia e da disciplina.....	1060
8.3 Aplicação Prática	1061
ÍNDICE REMISSIVO	1063
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1077